

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL VISTA ALEGRE**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2022 - IL**

CNPJ: 92.403.583/0001-10
RUA SOL DA AMÉRICA, 347
C.E.P.: 98415-000 - Vista Alegre - RS

**Processo Nr.: 4/2022
Data: 11/01/2022**

Folha: 1/2

Fornecedor: CONSEPRO-CONSELHO COMUNITÁRIO PRO SEGURANÇA PÚBLIC

Código: 9005

Endereço: RUA ABRAMO PIAIA, 253

Cidade: Vista Alegre - RS

CNPJ: 08.470.112/0001-18

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM O CONSELHO COMUNITÁRIO PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA- CONSEPRO, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 2.379/2021 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021.

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	SD	Conjugação de esforços para custear despesas para ampliação da Delegacia de Polícia Civil do Município de Vista Alegre, construção de garagem, para 2 viaturas, cela, para poder dar segurança, quando da prisão de indivíduos e sala de depósito de materiais apreendidos.

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

**L13019
ART.24 -**

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com o CONSELHO COMUNITÁRIO PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEPRO – VISTA ALEGRE - RS, com sede na Rua Abramo Piaia 253, Vista Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.470.112/0001-18, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Vista Alegre, 11 de Janeiro de 2022

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL VISTA ALEGRE**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2022 - IL**

CNPJ: 92.403.583/0001-10
RUA SOL DA AMÉRICA, 347
C.E.P.: 98415-000 - Vista Alegre - RS

**Processo Nr.: 4/2022
Data: 11/01/2022**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

ZAIRO RIBOLI

Valor da Despesa: 30.000,00 (trinta mil reais)

Pagamento.....: Vide termo de fomento.